

**NIEP
MARX**Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2013: Marx hoje, 130 anos depois

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 30/09/2013 a 04/10/2013

TÍTULO DO TRABALHO			
A práxis revolucionária em germe nas mobilizações de Junho de 2013			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
José de Andrade Matos Sobrinho	Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais	FaE/UFMG	Doutorado
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
<p>As relações entre revolução social e educação se apresentaram de forma contundente no Brasil em junho de 2013. Tendo como protagonista a juventude trabalhadora e estudantil, milhões foram às ruas acreditando na ação direta para transformar a realidade em nosso país. Considerada por Marx como a verdadeira práxis, a revolução e seu processo permanente em nosso país teve alguns de seus ensaios da história recente quando a juventude se pôs em movimento, trazendo em si o questionamento ao regime, profanando instituições do poder burguês, colocando contra parede governos e parlamentos democráticos. Um verdadeiro empoderamento de amplas camadas sociais deslocou rapidamente a correlação de forças da luta de classes brasileira e a conectou a conjuntura internacional explosiva de outros países da periferia do capitalismo mundial. O que essa práxis humana, que se expressou na participação ativa de milhões de pessoas em todo o Brasil que acreditarem ser possível mudar a realidade pela luta e pela ação direta, representa no que tange a educação política das massas. Se a existência humana, enquanto experiência sócio histórica é de constante aprendizado e que possui uma dimensão educativa, o que as jornadas de junho têm a nos ensinar? Quais aprendizagens acumuladas pelas massas nessa experiência de conflitos com o Estado burguês e seus representantes políticos tradicionais permitiram enfrentá-los em torno de uma série de reivindicações políticas pode abrir uma nova perspectiva de transformação social?</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Práxis; manifestações de Junho; revolução			
ABSTRACT			
<p>Relations between social revolution and education is presented forcefully in Brazil in June 2013. Having protagonist youth worker and student, millions took to the streets believing in direct action to transform reality in our country. Considered by Marx as the true praxis, revolution and its ongoing process in our country had some of his trials in recent history when the youth began to move, bringing with it the challenge to the regime, profane institutions of bourgeois power, standing against the wall democratic governments and parliaments. A true empowerment of broad social layers quickly shifted the balance of forces in the class struggle and the Brazilian connected to the international explosive other countries on the periphery of world capitalism. What this human praxis, which was expressed in the active participation of millions of people in Brazil believe it can change reality by struggle and direct action, is regarding the political education of the masses. If human existence, while socio historical experience is constantly learning and has an educational dimension, which the June days have to teach us? What learning experience accumulated by the masses that conflict with the bourgeois state and its political representatives allowed traditional face them around a number of political demands can open a new perspective of social transformation?</p>			
KEYWORDS			
Praxis; June demonstrations; revolution			
EIXO TEMÁTICO			
Marx e a formação humana			

A práxis revolucionária em germinação nas Mobilizações de Junho de 2013

José de Andrade Matos Sobrinho
Doutorando em Educação – FaE/UFMG

Resumo: As relações entre revolução social e educação se apresentaram de forma contundente no Brasil em junho de 2013. Tendo como protagonista a juventude trabalhadora e estudantil, milhões foram às ruas acreditando na ação direta para transformar a realidade em nosso país. Considerada por Marx como a verdadeira práxis, a revolução e seu processo permanente em nosso país teve alguns de seus ensaios da história recente quando a juventude se pôs em movimento, trazendo em si o questionamento ao regime, profanando instituições do poder burguês, colocando contra parede governos e parlamentos democráticos. Um verdadeiro empoderamento de amplas camadas sociais deslocou rapidamente a correlação de forças da luta de classes brasileira e a conectou a conjuntura internacional explosiva de outros países da periferia do capitalismo mundial. O que essa práxis humana, que se expressou na participação ativa de milhões de pessoas em todo o Brasil que acreditarem ser possível mudar a realidade pela luta e pela ação direta, representa no que tange a educação política das massas. Se a existência humana, enquanto experiência sócio histórica é de constante aprendizado e que possui uma dimensão educativa, o que as jornadas de junho têm a nos ensinar? Quais aprendizagens acumuladas pelas massas nessa experiência de conflitos com o Estado burguês e seus representantes políticos tradicionais permitiram enfrentá-los em torno de uma série de reivindicações políticas pode abrir uma nova perspectiva de transformação social?

Palavras chaves: práxis, manifestações de Junho, revolução.

Abstract: Relations between social revolution and education is presented forcefully in Brazil in June 2013. Having protagonist youth worker and student, millions took to the streets believing in direct action to transform reality in our country. Considered by Marx as the true praxis, revolution and its ongoing process in our country had some of his trials in recent history when the youth began to move, bringing with it the challenge to the regime, profane institutions of bourgeois power, standing against the wall democratic governments and parliaments. A true empowerment of broad social layers quickly shifted the balance of forces in the class struggle and the Brazilian connected to the international explosive other countries on the periphery of world capitalism. What this human praxis, which was expressed in the active participation of millions of people in Brazil believe it can change reality by struggle and direct action, is regarding the political education of the masses. If human existence, while socio historical experience is constantly learning and has an educational dimension, which the June days have to teach us? What learning experience accumulated by the masses that conflict with the bourgeois state and its political representatives allowed traditional face them around a number of political demands can open a new perspective of social transformation?

Keywords: praxis, June demonstrations, revolution.

As relações entre revolução social e educação se apresentaram de forma contundente no Brasil em junho de 2013. Uma espetacular jornada de mobilizações e protestos massivos em todo o país ocorreu durante esse mês e surpreendeu até os mais otimistas dos ativistas das organizações políticas e dos movimentos sociais. No processo histórico brasileiro já se fazia 20 anos que não ocorriam lutas massivas com essa magnitude, desde a juventude “cara pintada” no “Fora Collor”, em 1992.

Com multitudinárias manifestações de rua em grande parte do país, das capitais às cidades do interior, novamente a juventude desferiu a centelha de um terremoto político de grandes proporções, que pôde ser medido pelos milhões de manifestantes que acreditaram na ação direta como forma privilegiada de reivindicar e demandar por mudanças na realidade social. Não esperaram o ano eleitoral. Preferiram ir às ruas, transbordando a democracia representativa burguesa.

Um verdadeiro empoderamento de amplas camadas sociais deslocou rapidamente a correlação de forças da luta de classes brasileira e a conectou a conjuntura internacional explosiva de outros países da periferia do capitalismo mundial. Mas quais motivos levaram uma luta que começou em São Paulo, contra o aumento da passagem do transporte público, rapidamente se espalhar pelo Brasil como uma centelha? Passado o calor dos acontecimentos, nesse breve intervalo antes das próximas que certamente virão, resta-nos tentar compreender melhor o que houve.

Isso pode ser feito sobre os mais diferentes olhares. Mas aqui queremos tratar especificamente sobre o que as massas aprenderam para levantarem-se aos milhões em grande parte do Brasil? Quais processos educativos estiveram presentes na práxis das massas nessas mobilizações multitudinárias? O que podemos extrair de reflexões e perspectivas?

O que essa práxis humana, que se expressou na participação ativa de milhões de pessoas em todo o Brasil, representou na consciência social a crença de ser possível mudar a realidade pela luta e pela ação direta? E na educação política das massas? Se a existência humana, enquanto experiência sócio-histórica é de constante aprendizado e possui uma dimensão educativa, o que as jornadas de junho têm a nos ensinar?

Numa aproximação daquilo que Marx (1977) trata em suas Teses sobre *Feurbach*, quer dizer, como práxis revolucionária¹, isto é, a o processo onde há a “coincidência da transformação das circunstâncias e da atividade humana (...)”, se pretende nesse artigo compreender e problematizar onde se devem localizar as mobilizações multitudinárias de Junho de 2013 nesse processo em nosso país. A práxis protagonizada pelas massas de jovens e trabalhadores brasileiros foi uma amostra de que a paciência com as pilhagens das classes dominantes e seus governos ao seu

¹ 3ª Tese sobre Feurbach: “(...) A coincidência da modificação das circunstâncias e da atividade humana só pode ser apreendida e racionalmente compreendida como práxis revolucionária.” (Marx, p. 119, 1977).

nível de vida está acabando e o recado dado em Junho foi bastante severo, apesar de ainda ter sido insuficiente.

Compreender as possíveis causas e razões para essas mobilizações exige descrever a política econômica adotada pelo governo de plantão do Estado burguês, que há 10 anos é pilotado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e que manteve uma linha de continuidade aos governos antecessores ao de Lula, no caso, os dois governos Fernando Henrique Cardoso, do Partido Social Democrático Brasileiro, o famigerado PSDB. Em seguida, há uma breve descrição, mesmo que sem cores, das mobilizações em nível nacional com alguns números e dimensões, assim como o comportamento dos governantes do executivo, parlamentares, imprensa e a luta na superestrutura para conter o transbordamento do movimento a institucionalidade burguesa.

Por último, nas considerações finais uma reflexão, ainda provisória, pouco sistematizada ainda, sobre as possibilidades de desenvolvimento, as insuficiências e as potencialidades dessa nova conjuntura das lutas sociais abertas com as manifestações de Junho de 2013.

A política econômica de crescimento brasileira em época de crise do capital

Os ideólogos do PT muito arvoram que o país foi capaz de crescer economicamente, enriquecendo grandes banqueiros, empresários e latifundiários e ao mesmo tempo retirar da miséria milhares de famílias com os programas sociais compensatórios e aumentar o valor do salário pago ao trabalhador. Mas o crescimento econômico propagandeado pelo PT não foi distribuído igualmente entre os trabalhadores e os donos do capital nesses 10 anos. O óbvio, às vezes, necessita ser dito.

Somos a sexta economia mundial, mas o Brasil continua a ocupar a incômoda 85^a posição no ranking do Índice de Desenvolvimento Econômico (IDH). A política econômica predominante nesses últimos 16 anos - de juros altos para privilegiar banqueiros e incentivos fiscais para a produção de *commodities* - associada aos compromissos com a dívida pública e suas metas é o grande responsável pela desigualdade social existente no Brasil.

A lucratividade dos bancos no país bateu e continua a bater recordes e mais recordes. Só no período 2012-2013, o Banco do Brasil faturou 10 bilhões², enquanto que o Itaú-Unibanco faturou 7,2 bilhões. Nos últimos 16 anos, os bancos dobraram seus lucros³, consecutivamente, auxiliados, luxuosamente, por uma política econômica, cambial e financeira de estimulação e

² Cf. em: <<http://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2013/08/13/lucro-do-banco-do-brasil.htm>>. Acesso em ago.2013.

³ Cf. em: <<http://www.ilaese.org.br/wp-content/uploads/2012/10/Artigo-sobre-A-criese-da-industria-e-o-pacto-social-2012.pdf>>. Acesso em ago.2013.

atração de capitais para o Brasil. Diante desse quadro ‘convitativo’, muitos investidores preferem, pela rentabilidade dos investimentos endógenos no capital, atuar na ‘roda’ financeira do que no setor de transformação.

Não que a economia brasileira seja apenas a especulação financeira. Aliás, a indústria de matéria prima exportadora e o agronegócio, no período recente, foram fundamentais para garantir o crescimento econômico que colocou o Brasil na rota BRICS, permitiu as políticas compensatórias e o aumento no valor do salário. Apenas a título de exemplo, vejamos o caso da Vale: segundo dados da imprensa, publicadas no início deste ano, a Vale não tinha prejuízo desde 2002. Por outro lado, o agronegócio acumulava, ao final de 2010, segundo declaração do ministro da Agricultura da época, mais de 60 bilhões de reais. Tudo isso graças, claro, a uma política de isenção fiscal e empréstimos “camaradas” do BNDES, no contexto de uma política econômica que favorece a entrada de capital ligado a multinacionais.

Mas esse crescimento tem um alto preço para o trabalhador. O poder aquisitivo do salário, mesmo em curva ascendente, continua a níveis baixíssimos quando comparado ao cálculo do salário-base do DIEESE, que é de R\$2.685,47, enquanto que o salário oficial de 2013 é de R\$678,00, ou seja: um valor que é $\frac{1}{4}$ daquele salário-base, quase 75% abaixo do necessário, segundo essa instituição. Também faz parte desse preço pago pelo trabalhador, o embate com os industriais e latifundiários por melhores remunerações, os mesmos que consideram que a mão-de-obra tem um preço muito alto e que reclamam do “Custo Brasil”, apesar dos ganhos amplamente propagandeados pelo atual governo. Nada mais falso. Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT)⁴, a média do salário pago por hora no Brasil é de US\$ 5,40 dólares, enquanto que na Dinamarca custa US\$ 34,80 e nos Estados Unidos R\$ 23,30, o que demonstra o quanto esse crescimento foi conquistado graças a muita espoliação do trabalhador em nosso país. Numa lista classificatória quanto ao valor médio do salário pago em 72 países, elaborada também pela OIT, o Brasil fica na frente de apenas 21, abaixo de países como Jamaica, Lituânia, Malásia, Botsuana e outros de economia menores⁵.

O endividamento público brasileiro está no centro da política econômica dos governos em todos esses anos, principalmente a partir da redemocratização, quando esta começa a se multiplicar em progressão geométrica com juros e amortizações impagáveis. A dívida pública, sem contar as metas de superávits primários, só no ano de 2012, consumiu 43,98% dos recursos federais,

⁴ Relatório Global sobre os Salários 2012/13 – salários e crescimento equitativo. <http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/gender/doc/salariosglobalport_961.pdf>. Acesso em ago. 2013.

⁵ Salário médio por país, em Paridade do Poder de Compra (em US\$). Ver gráfico em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/03/120329_salario_incluye_jp.shtml>.

enquanto a Saúde recebeu apenas 4,17%, a Educação 3,34%, a Segurança 0,39%, Transportes 0,7% e Habitação apenas 0,01%⁶.

O conflito entre o desenvolvimento das forças produtivas com as relações de produção já se dá há bastante tempo. Mas na atualidade, conjunturalmente, essas caracterizações acima são a expressão concreta desse conflito e a explicação econômica das causas que levaram as massas a reivindicarem centralmente melhores condições de transporte público, mas também a um infinito de reivindicações básicas que a democracia burguesa e seu Estado são incapazes de conceder, seja qual for o partido que se proponha a dirigir esse último em seu campo, sem um processo multitudinário de luta social.

Do rastilho da pólvora a explosão das manifestações

Da mesma forma que uma grande fogueira se inicia com uma pequena fagulha, a centelha de todo esse processo foi uma primeira manifestação organizada pelo Movimento Passe Livre, de São Paulo, que reivindicava a redução da tarifa do ônibus e que reuniu cerca de cinco mil manifestantes de diversas organizações da juventude, da esquerda socialista e dos movimentos sociais diversos.

No dia 06 de junho, na Ocupação da Marginal Pinheiros, a repressão brutal da Polícia Militar se inicia. Com uma demonstração de força, o Estado utilizou a Polícia Militar não apenas para dispersar uma manifestação pacífica, mas como uma tática de intimidação violenta utilizada com o aval de ambos os governos, do PT e do PSDB, o da cidade e o do Estado, para aqueles que ousassem manifestar-se pela redução das passagens e, com isso, tentar diminuir a lucratividade dos empresários dos transportes coletivos, principais financiadores de campanhas eleitorais de todos partidos da ordem. Além de negarem, contundentemente, qualquer tipo de negociação com o objetivo de revogar o aumento da passagem, ambos governos orquestraram uma resposta midiática que tentou reduzir a manifestação a ações de vândalos, buscando criminalizar o movimento.

No dia 11 de Junho, no entanto, o segundo ato, em São Paulo, já contava com a participação de mais de 10 mil pessoas e sofreu com a escalada da repressão policial, tanto a manifestantes quanto a jornalistas, numa batalha campal em frente à Catedral da Sé. Uma jornalista de São Paulo é atingida no olho, mais de 200 manifestantes são detidos, inúmeros manifestantes são feridos com tiros de borracha - e acima da cintura dos atingidos, contra os protocolos de utilização desse tipo de armamento, o que atesta a intencionalidade, consciente ou não, da truculência e da intolerância, não só da polícia como dos governos que representavam -, além de uma implacável

⁶ Acessível em: < <http://www.auditoriacidada.org.br/numeros-da-divida/> >

perseguição da Tropa de Choque a manifestantes. A repercussão é internacional e um clima de instabilidade política é gerado e se instalou, definitivamente. Já não era mais possível ignorar. Mas, tanto a prefeitura quanto o governo do Estado de São Paulo, insistiam em não ouvir às ruas.

O pavio se acende no dia 17 de junho de 2013 quando, no Largo do Batata, marcham mais de 60 mil pessoas como resposta à brutal repressão e se espalham manifestações de milhares de pessoas por todo o país, como no Rio de Janeiro, que reuniu 100 mil, em Belo Horizonte, mais de 50 mil, e outras dezenas de milhares em, no mínimo, nove capitais, além de cidades do interior. A partir daí, inúmeras manifestações de 50, 100, 300 mil pessoas brotaram nas ruas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Fortaleza, Manaus e outras capitais brasileiras. A partir daí, as manifestações se multiplicavam com uma velocidade inacreditável e com números incríveis.

Rapidamente, com amplos setores das massas de jovens e de trabalhadores, tanto em solidariedade ao movimento de São Paulo, quanto por reivindicações específicas das cidades onde se realizavam a luta por direitos no transporte público, as manifestações ganharam uma dimensão nacional. O acirramento do conflito com as forças de segurança do Estado foi uma marca bastante evidente, e elemento catalisador para o desenvolvimento das mobilizações e também dos enfrentamentos. Muitos casos de ataques às instituições públicas do legislativo e do executivo, embriões de autodefesa e barricadas surgiram, diversos espaços de organização política se criaram, inúmeras formas de ação brotaram, algumas com uma contundência maior que outras, em ritmos desiguais e com diferentes organicidades.

O exemplo dado pelo movimento de São Paulo e também pelos movimentos no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte, durante a Copa das Confederações, sensibilizou e despertou uma revolta que estava com uma energia potencial acumulada durante muitos anos de experiência com a dura realidade brasileira - distante das estatísticas do crescimento econômico, ela guarda ainda formas desiguais e muito, mas muito, cruéis quanto aos direitos sociais – e que pôs fim à estabilidade da situação política que, até então, reinava, de certo modo e de forma relativa, no Brasil. Existiram muitos conflitos antes, é verdade, graves e muito violentos, às vezes com vitórias, mas, em grande parte, marcados por derrotas das forças pontuais que conseguiam trazer às ruas, diferente da torrente de junho.

Estima-se que tenham ido às ruas mais de 3 milhões de pessoas. O que ficou evidente foi que a reivindicação inicial da redução do preço da passagem foi a fagulha que transbordou para reivindicações políticas gerais e, mesmo que difusas, transformou-se numa espécie de questionamento geral das fundações que estruturam o regime social democrático burguês, pelo menos de forma concentrada nessa jornada de junho.

Energia revolucionária e aprendizado das lutas de Junho

Impressionante a força e o poder da juventude quando entra em cena na arena política. Com sua radicalidade, desloca a correlação de forças entre as classes sociais em luta. Repete-se, no Brasil, uma dinâmica universal do movimento social histórico recente, também conjuntural, onde a juventude cumpre um papel de protagonista e arrasta para a ação direta e a luta, com seu exemplo sagaz, amplos setores da sociedade.

Novamente, a juventude se expressou como sujeito social que pôs fogo na situação política. Os “caras-pintadas” são uma das referências para nosso país, mas essas manifestações atuais se explicam por referências mais contemporâneas, como os processos revolucionários que a juventude tem protagonizado em todo o mundo, como no Egito, na Turquia, na Tunísia e outros países, e agora, no Brasil também, com a sua entrada no mapa das grandes mobilizações que têm acontecido em diversas regiões do mundo. São processos que acontecem em regiões diferentes do planeta, mas que mantêm certos elementos de identificação mútua, cada um no seu contexto de ocorrência.

A composição social das mobilizações de Junho foi um tema bastante debatido pela intelectualidade e pela imprensa brasileira. Ao mesmo tempo em que “celebraram” a vinda dessas manifestações da juventude que, outrora, para esses eram apáticos e alienados, apressaram-se em condenar o “vandalismo” e toda espécie de quebra da ordem institucional. Outros opinaram que a juventude presente nas ruas era oriunda das classes médias, portanto, privilegiadas e conservadoras.

Ambas as posições se negam a compreender que existiu um elemento objetivo, que foi um questionamento aberto e escancarado das instituições do poder vigente. A juventude que foi às ruas é aquela que já trabalha em precárias condições, estudam em escolas também em condições precárias e muitos já têm famílias constituídas. São aqueles que sentem, mais contundentemente, os efeitos do arrocho salarial, da jornada de trabalho extenuante junto à de estudo, além das dificuldades de acessar os bens básicos com qualidade, como o transporte, saúde e educação públicas.

Durante anos a experiência da juventude brasileira foi a de buscar as transformações pelas vias institucionais oferecidas, com uma expectativa de se cumprir essas mudanças através dos canais oferecidos pela democracia representativa. Mas a realidade mostrou, na prática e através da experiência acumulada com a negação desses direitos pelo Estado, os elementos práticos da vida que impulsionaram essas mobilizações ou, ainda, a violência diversificada a que tem ficado exposta a juventude durante esse período de sua vida, seja nos ônibus lotados, no trabalho precário, nas dificuldades de acessar as políticas públicas de modo pleno. Haja vista que, nessa mesma realidade,

os mecanismos democráticos são desvelados em sua verdadeira face: a submissão dos direitos sociais aos interesses econômicos das classes no poder, representadas no Estado.

Outro fator decisivo para esse assenso foram as inúmeras mobilizações da juventude em outros países do mundo, já citados acima, principalmente no Egito e na Turquia, que contaminou a realidade das lutas no Brasil. Mas um elemento interno foi à própria reação a violência policial contra manifestantes, o que gerou uma reação explosiva por parte da população trabalhadora, numa demonstração de força do movimento de massa.

O protagonismo das massas trouxe novamente para o centro da luta de classes a sua força em ser capaz de transformar a realidade política de modo muito intenso e incrivelmente vigoroso quando se coloca em movimento. A agilidade com que governos e parlamentos de todos os níveis agiram por conta de pressão social foi algo há muito não visto e aprovaram pautas (mesmo que recuadas) que estavam engavetadas há tempos. A movimentação política foi intensa, como a aprovação do projeto de lei que tornou corrupção crime hediondo, se aventou uma natimorta reforma política, aprovou-se o passe livre (mesmo que ainda só no papel) entre outros, que logo após a redução das mobilizações, já foram modificadas e figuram apenas no papel.

As demonstrações das massas modificaram contundentemente a realidade política e a correlação de forças entre as classes, mesmo que isso esteja ainda em suas expressões iniciais. A catarse que tomou conta das ruas brasileiras durante esse mês influenciará o imaginário da luta social no país e será lembrado como o romper de um ciclo de relativa estabilidade, de um período defensivo das lutas para uma temporada de ofensiva.

Resta saber como se desenvolverá a relação entre esse movimento, onde o protagonista, o sujeito social, foi a juventude, e o movimento dos trabalhadores existente no país, principalmente aquelas categorias ligadas a economia. Por que, num primeiro momento, obtiveram algumas conquistas parciais, principalmente aquelas ligadas ao preço da tarifa e ao passe-livre. Mas, a principal vitória dessa intervenção das massas no processo histórico foi a sua ação independente da burguesia, dos governos e parlamentares. Foi a experiência de negação do Estado, dos partidos que estão na sua direção e que essas mesmas massas elegeram. Foi o empoderamento demonstrado nas ruas, a cada confronto com a Polícia Militar, no entendimento de que essas forças repressivas, resquícios da ditadura militar, ainda estão muito presentes. Esse entendimento, muitas vezes compreendido a partir de duras experiências, se deu quando se observou que a violência foi utilizada pela Polícia Militar de maneira indiscriminada como tática de “pogrom” para atemorizar os participantes não retornarem as manifestações.

A relação das manifestações de rua com o movimento dos trabalhadores reside a potencialidade e as limitações que as massas necessitam superar. Se as manifestações de rua são importantes, mas o impacto na economia capitalista atinge a alma do governo e das classes no poder

no Brasil. Nesse sentido, as massas que se levantaram para reivindicar mudanças ainda estão em processo de compreensão de que é necessário intervir no processo da produção capitalista para impor suas demandas e, para isso, a participação dos trabalhadores das cidades e do campo é fundamental. Desse modo, mesmo que as manifestações de Junho tenham tido grande participação dos trabalhadores em geral, a economia (com um pequeno revés ligado a bloqueios de avenidas ou estradas de escoamento de produtos da produção) funcionou de modo regular durante todos os momentos das mobilizações.

Pressionados, não foram somente os governos e parlamentares que se movimentaram. As direções das centrais sindicais pelegas brasileiras (Força Sindical, Nova Central Sindical, Central Geral dos Trabalhadores), pressionadas pelo movimento, aderiram a um chamado de paralisação nacional para o dia 30 de junho, com uma forte adesão de diversas categorias de trabalhadores. Outros setores de apoio de sustentação do governo do PT no movimento social, como o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), Movimento Atingido por Barragens (MAB), Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Central dos Trabalhadores Brasileiros (CTB) aderiram também, apesar de reunirem-se dias antes com o governo federal no sentido de frear o movimento. Mas na conjuntura daquele momento, por necessidade de se localizarem frente à realidade política daquele momento, aderiram para não se distanciarem das massas em luta.

Outro elemento importante da dinâmica das mobilizações foi a ampla rejeição aos partidos da ordem nas manifestações em geral e, em particular, o rechaço a organização política reconhecida como partido político. De certo modo, esse foi a expressão do sentimento anti-regime que preponderou nas manifestações de Junho e que até os partidos socialistas que estão na oposição de esquerda ao governo do PT acabaram por terem sido atingidos por “respingos”, já que foram atacados, principalmente por organizações de cunho fascista que se aproveitaram desse sentimento para tentar coibir a participação desses partidos através da intimidação violenta.

A intervenção das massas no rumo da história pode se revelar em dois níveis principais. Um, ao nível das demonstrações, como uma rebelião, ou desenvolver-se para a insurreição, a revolução (Trotsky, 1989). Obviamente que essa análise sobre o processo busca compreender as ações humanas que estiveram presentes nas jornadas de Junho com o intuito de compreender o seu desenvolvimento em direção a revolução, quer dizer, para a mudança do regime social.

Na concepção marxista, a revolução é o motor da história, momentos onde as massas protagonizam ações impetuosas e por isso são processos objetivos da realidade. Importante reconhecer que com as Jornadas de Junho surge como um embrião, um germe de uma modificação contundente em direção a um processo revolucionário, já que esse fator objetivo fundamental esteve presente, ou seja, uma movimentação ativa das massas.

E por isso foram uma rebelião que não se transformou em uma situação revolucionária, ou seja, reuniu apenas o fator da participação ativa das massas durante pouco mais de um mês, mas outros elementos objetivos que são indicadores de uma situação revolucionária, conforme Lênin (1978), não estiveram presentes, como a incapacidade das classes dominantes governarem como antes por conta da pressão das massas ou mesmo um agravamento da miséria da população brasileira como um todo, como a que ocorre na Grécia, por exemplo, por conta da austeridade fiscal. A jornada de junho foi o embrião de uma situação revolucionária, que além de não ter contado com todos os elementos objetivos, não teve também o elemento subjetivo, quer dizer, sob qual ou quais tipo(s) de organização política será conduzida essas ações das massas.

Porém, as aprendizagens extraídas com todo esse processo de luta social foram grandes e se produziu toda uma experiência onde a juventude e os trabalhadores em geral se mostraram estimulados em lutar e passaram a acreditar que é possível modificar a realidade pela ação direta. Não a toa que inúmeras categorias e agrupamentos passaram a manifestar-se com mais frequências, com mais contundência e sob as mais variadas reivindicações posteriormente as jornadas de junho.

Em muitos locais criaram-se espaços políticos diversificados para organizar as ações nas mobilizações, como Assembleias Populares, o que são organismos fundamentais para serem desenvolvidos como embriões futuros de poder. Mas as mobilizações, por mais espetaculares que tenham sido, geraram frágeis organizações e, com isso, os protestos tomaram características espontaneístas, sem definições políticas mais orgânicas, mesmo que com intervenções ricas como acúmulo político para as próximas mobilizações e assim tornar esses organismos surgidos em formas mais acabadas de poder.

Por outro lado, com a diminuição do tamanho das manifestações, a violência voltou a ser usada pelo Estado para tentar desestimular a participação, junto a ação jurídica para criminalizar os ativistas, como as prisões políticas arbitrárias e a proibição de participarem (!?) de novas manifestações. Prisões políticas tornaram-se comuns e em Belo Horizonte foi um caso exemplar onde a justiça colocou como condição para libertar os presos políticos que foram detidos durante as manifestações, de modo arbitrário, a assinatura de um termo de compromisso onde o manifestante não voltaria a participar de novos protestos.

O Estado Burguês, independente de qual partido esteja no seu timão, ao menor sinal de ameaça institucional ao seu poderio (apesar de junho ter se imposto de uma forma muito intensa), respondeu e sempre responderá de forma a dispersar qualquer contraposição que se proponha a questioná-lo pela ação. O Estado brasileiro, sem fugir a essa determinação, foi pego de “surpresa” pela reação das massas, mas se prepara agora para atuar de modo mais eficiente nas próximas que virão, com a criação de tropas especiais, comprando equipamentos repressivos de última geração, criminalizando o movimento, quer dizer, se utilizando de todo tipo de tática – da repressão violenta

à espionagem dentro das organizações e movimentos sociais – para coibir qualquer possibilidade de desenvolvimento das mobilizações que ocorreram.

A experiência de sentir maior confiança nas próprias forças, esse sentimento de empoderamento de compreender que os trabalhadores e a juventude, através da luta e da ação política direta nas ruas pode transformar a realidade, talvez seja o patrimônio mais importante de Junho de 2013. A aprendizagem das massas, sua compreensão da realidade e sua ação se construíram por caminhos mais complexos e ritmos mais lentos, mas quando, na dialética da vida, se colocou em movimento tornou-se uma torrente poderosa.

Longe de ter surgido agora, a luta social no país já vinha numa crescente, expressos no aumento no número de greves e mobilizações que surgiram no país nos últimos três anos. Parece que a experiência com o governo do PT vem se consumando dentro de um ritmo mais intenso nos últimos anos, principalmente a partir do governo de Dilma e sua falta de capacidade de lidar com a menor demanda dos movimentos sociais.

As classes do Capital ligado aos *commodities* são as mais asquerosas e violentas e mesmo assim continuam a contar com favores e benesses do governo do PT. A violência a que os povos indígenas brasileiros, trabalhadores rurais e comunidades quilombolas e tradicionais vêm sendo submetidos devido às novas fronteiras de exploração da natureza para aumentar os lucros de latifundiários e burgueses têm sido brutal: assassinatos de lideranças de trabalhadores rurais, pescadores, quilombolas, indígenas e todos aqueles que buscam resistir às investidas do Capital contra seus territórios.

A ofensiva do Capital tem pilhado permanente os povos que de algum modo se colocam como entraves aos novos negócios, de um modo ou de outro, com as grandes obras, como Belo Monte, por exemplo, que conta com um sem número de irregularidades jurídicas para escamotear o impacto ambiental e cultural destruidor na região. Mesmo o governo federal sendo o contratante, a repressão contra os trabalhadores e povos atingidos é cotidiana, inclusive pelo exército. E mesmo nas precárias condições a que aproximadamente 10 mil operários da construção civil foram submetidos pelas empreiteiras nessa obra, houve uma verdadeira rebelião ocorrida nos canteiros de obra, quando descontentes com as condições dos alojamentos e a falta de folgas para visitarem seus familiares, atearam fogo nos instalações e fizeram inúmeras greves, apesar das tentativas de repressão da empreiteira, do governo (contratante da obra) e contra a própria direção do sindicato da categoria. Operários presos pela Polícia Militar sem acusação formal, envio do Exército e da Força Nacional de Segurança para conter a luta dos operários foi a resposta do governo Dilma. Sem dizer nas inúmeras ocupações dos canteiros dessa obra por indígenas e populações ligadas aos territórios atingidos por essa barragem.

Houve greves muito fortes nas universidades e nos serviços públicos, mas no geral, as lutas foram dispersas. Essa é a grande diferença com a conjuntura que se abriu com as Manifestações de Junho, quer dizer, as lutas que ocorreram antes ainda estavam muito fragmentárias, isoladas, defensivas, numa desigual correlação de forças com o governo de vez a frente do Estado. No entanto, a catarse que houve com as multitudinárias manifestações deu um corretivo a estabilidade política acomodada do governo petista e do projeto político consensual entre todos os partidos da ordem, da situação ou da oposição burguesa.

Não é possível aqui fazer futurologia, mas é certo que novas manifestações dessa magnitude novamente acontecerão. A questão que resta-nos buscar compreender é como fazer com que essas energias liberadas pelo movimento de massa possa caminhar rumo a um processo revolucionário e as necessárias tarefas políticas a se adotar para o confronto com a burguesia e os seus representantes no Estado.

A necessidade de se combater a influência minoritária do fascismo, que se mostrou com política durante as manifestações; o desenvolvimento do elemento subjetivo, quer dizer, a organização política consciente que dará conta de romper com a dinâmica espontaneísta do movimento, a unidade da juventude com os trabalhadores das fábricas e do campo e a organização para defender as mobilizações da violência do Estado são tarefas políticas que se apresentarão com clarividência nas próximas manifestações, se assim se desejar, o desenvolvimento dessa rebelião em curso no país, transformem-se em uma situação revolucionária que possa pautar projetos políticos alternativos ao capital em nosso país.

Referências bibliográficas

Marx, K. Teses sobre Feurbach. In: Marx, K.; Engels, F. Textos. São Paulo: Volume I, Edições Sociais, 1977.

Lênin, V.I. O trabalho do partido entre as massas. São Paulo: Coleção História e Política. Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

Lênin, V. I. A situação revolucionária. In: Marx, K.; Engels, F.; Lênin, V.I.; Trotsky, L. A questão do partido. São Paulo: Kairós Livraria e Editora, 1978.

Trotsky, L. A revolução russa: a natureza de classe da URSS. São Paulo: Informação Editora, 1989.

Bottomore, T. Dicionário do pensamento marxista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.